

GEOGRAFIA, TERRITÓRIO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS: UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA?

Geography, Territory and International Relations: A Necessary Approach?

Caio Cursini*

Resumo: A ausência de debates entre relações internacionais, geografia e geopolítica resultou nesse artigo, no qual a partir do levantamento documental diplomático e bibliográfico buscamos construir um diálogo entre a geografia e as relações internacionais. Desse modo, apresentamos aspectos que podem ser conectados entre essas duas áreas do conhecimento, assim como buscamos compreender seus liames através dos principais teóricos internacionalistas para em seguida adicionarmos a construção teórica da geografia sobre o conceito de território.

Palavras-chave: Geopolítica, diplomacia, território.

Abstract: The absence of debates between international relations, geography and geopolitics resulted in this article, in which, from the diplomatic and bibliographic documentary survey, we sought to build a dialogue between geography and international relations. Thus, we present in this article aspects that can be connected between these two areas of knowledge, as well as we seek to understand their links through the main internationalist theorists and then add the theoretical construction on the concept of territory.

Keywords: Geopolitics, diplomacy, territory.

Introdução

É bastante comum que geografia e relações internacionais apresentem-se como áreas distantes e de diálogos restritos. Não há um debate em que conceitos discutidos ao interior da geografia interpenetrem o campo das relações internacionais e, ainda, não há qualquer debate geográfico que se utilize de documentos diplomáticos para a compreensão do Estado e da formação territorial do país. Esse artigo foi construído no intuito de observarmos a relação entre essas duas áreas, ao nosso ponto de vista, muito conectadas, no entanto, apartadas pela especialização das ciências humanas. Assim, buscamos analisar a presença da geografia ao interior do pensamento internacionalista, isto é, qual a importância e teor da geografia para os principais autores das relações internacionais?

Além disso, observamos que o território, categoria de análise muito corrente no pensamento internacionalista, pode ser enriquecida e composta por um diálogo mais amplo em que é

* Doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo-FFLCH. caio_cursini@hotmail.com.

possível estabelecer encadeamentos que podem ser inseridos no pensamento geográfico. Partindo da perspectiva realistas das relações internacionais, buscamos extrair do pensamento maquiavélico e hobbesiano elementos que nos permitam discutir a relação entre poder, Estado e território, para posteriormente analisarmos, autores internacionalistas como Raymond Aron, Hans Morghenthau, Martin Wight, examinando a perspectiva territorial e geográfica de suas obras.

Essa discussão inicial é necessária, pois posteriormente argumentamos a necessidade de expandirmos a discussão do campo geográfico às relações internacionais, seja esta uma área acadêmica ou um campo intrínseco ao entendimento e à construção da política externa brasileira. Assim, elementos do pensamento geográfico como o território parecem enriquecer a perspectiva do entendimento da política externa do país. O debate como parte fundamental desse artigo apresenta às relações internacionais a ótica de um território em movimento e um espaço geográfico em construção.

Utilizamos do método histórico dedutivo, recorrendo a documentos históricos disponíveis nas plataformas digitais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) e o Arquivo de Segurança Nacional dos Estados Unidos¹.

¹ Os acervos estão disponíveis respectivamente em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo> e <https://nsarchive.gwu.edu/virtual-reading-room>.

Além disso, obviamente, recorreremos às obras referentes aos temas de relações internacionais, território e geopolítica.

Deste modo, dividimos o artigo em dois tópicos, um que se refere a geografia enquanto uma área do interior das relações internacionais e outro que trata da necessidade de uma aproximação entre a política externa e a geografia. Realizando um movimento que consiste em compreender a caracterização da geografia pelas relações internacionais, para em seguida argumentar em favor da aproximação do campo da geografia e aquele internacionalista.

A geografia sob a ótica realista das relações internacionais

As correntes de pensamento que são identificadas no interior das relações internacionais podem ser apresentadas da seguinte forma: a idealista, as orientações juristas de Hugo Grotius² e a realista. Derivando, ainda, da concepção realista surge a corrente neorrealista inaugurada por Kenneth Waltz. Sumariamente são concepções que partem de correntes filosóficas estabelecidas bem antes da consolidação do pensamento internacionalista contemporâneo. No caso do idealismo, o pensamento de Kant é trazido para a ótica das relações entre os Estados, de modo que os princípios de moralidade, em última instância, acabariam por direcionar as relações internacionais. Em breves palavras, prefaciando a obra de Morgenthau, Sardenberg (pref. p. XXIII) afirma que “o idealismo privilegiava a construção institucional e jurídica da paz, em escala global, e desprezava ou secundarizava as considerações de poder”. As tentativas idealistas podem ser visualizadas ao nível institucional materializadas na sociedade das nações em 1920, que se transformaria na Organização das Nações Unidas ao final da Segunda Guerra Mundial³.

No dicionário de termos das relações internacionais, o idealismo é definido como “o domínio dos estudos das relações internacionais do final da Primeira Guerra Mundial até o final da década de 1930, às vezes referido como *utopismo*, idealismo é de fato uma variante do liberal internacionalismo” (GRIFFITHS; TERRY, 2002, p. 148). Ainda segundo Griffiths e Terry (2002, p. 149), “uma das características centrais do idealismo é a crença de que o que une os seres humanos é mais importante do que aquilo que os divide”. Essa concepção, portanto, impelia à democracia e ao fortalecimento do respeito às leis internacionais e à resolução das disputas internacionais.

² Nascido nos Países Baixos em 1583, era jurista e é considerado um dos fundadores do direito internacional.

³ Também nomeada como Liga das Nações, foi fundada ao final da Primeira Guerra Mundial com o objetivo de tratar os acordos de paz ao final do conflito. Essa organização é frequentemente apresentada sendo fruto do pensamento idealista, tendo como principal evidência o estabelecimento dos quatorze pontos de Woodrow Wilson.

Outra corrente de pensamento é aquela derivada das teorias de Hugo Grotius, jurista neerlandês, que teorizou sobre o direito de guerra entre os Estados. Barnabé (2009, p. 27) resume que no pensamento de Grotius “os Estados cooperam entre si e a guerra não excede o estado pacífico dos homens na medida em que não pode exceder o direito”. Grotius é considerado o pai do direito internacional moderno, como aponta Biazi (2016, p. 394), Grotius “abraça uma concepção de direito natural inspirada ao racionalismo no *De Iuri Belli ac Pacis*”. Assim, diferente das teorias idealistas, as ideias do juristas previam o conflito que, no entanto, estaria inscrito dentro das limitações do direito. Existiria, portanto, guerras justas, que deveriam respeitar as regras previamente estabelecidas.

Ainda que estas correntes de pensamento se interpenetrem e a distinção dos limites em que cada uma esteja inscrita seja de difícil menção, buscamos realizar uma análise aproximando-nos mais dos autores realistas. Isso porque esta perspectiva aproxima-se consideravelmente da geopolítica, na medida em que procura partir da disposição do território para principiar qualquer análise. Isso não significa que estejamos avaliando a efetividade de tais teorias, mas que, do ponto de vista geográfico, aquela que possui alguma proximidade teórica, ainda que superficial, com o aspecto territorial que estamos discutindo, é a teoria realista.

Isto porque o artigo *The Geographical Pivot of History* do geógrafo Mackinder (1904)⁴ é um marco para a corrente realista. Analisando eventos da história da humanidade, Mackinder (1904) aponta para uma relação geográfica entre a dominação e o poder. Destacando que as condições de domínio de algumas sociedades sobre outras estavam atreladas ao domínio de uma região específica, o teórico chega à proposição de que, “ao considerarmos esta revisão rápida das correntes mais amplas da história, uma certa persistência de relações geográficas não torna-se evidente?” (Mackinder, 2011, p.16) e ainda que

o saldo real do poder político em um dado momento, por um lado, é produto das condições geográficas, tanto econômicas e estratégicas, e por outro lado, de números relativos: equipamentos, bravura e organização dos povos concorrentes. (Mackinder, 2011, p. 2018).

Há também em Mackinder, o importante apontamento sobre a oposição de poder marítimo e poder terrestre, assim,

a mobilidade sobre o oceano é a rival natural da mobilidade sobre o cavalo e o camelo no coração do continente. Foi sobre a navegação de rios oceânicos que se baseou o estágio fluvial da civilização, aquele da China sobre o Yangtzé, da Índia sobre o Ganges, da Babilônia sobre o Eufrates, do Egito sobre o Nilo. (Mackinder, 2011, p. 96).

⁴ O artigo original data de 1904, a versão utilizada foi traduzida em 2011.

É necessário ainda que se observe que, derivando da teoria realista, surge com Waltz (2002) a chamada teoria neorealista. Essa, subtraí as determinantes do comportamento humano como condicionantes das ações do Estado, isto é, Waltz (2002) aponta para os aspectos estruturais da organização dos Estados. Estes não deixaram de fazer parte de uma sociedade anárquica, como destaca a teoria realista.⁵. Esclarecendo essa corrente de pensamento, Joaquim (2012, p. 81), aponta que “o neorealismo pressupõe a resposta ideal aos constrangimentos estruturais. Waltz preocupa-se, sobretudo, com esse comportamento ideal, sendo esse o motivo por que é acusado de uma perspectiva limitada”.

Assim, o ponto de vista realista toma o pensamento maquiavélico como principal corrente filosófica, posteriormente também fundamentaria a corrente realista, o pensamento hobbesiano, de modo que, para esses autores, nas relações entre os Estados o poder é almejado em última instância. O Estado, assim como os atores que o compõem, buscam sempre o poder e esse só pode ser contido a partir de outro contrastante, ou seja, o medo do confronto é a única força capaz de conter o impulso dominador de um Estado. Aplicado às relações internacionais, esse pensamento sugere uma linha bastante tênue entre o conflito e a paz, assim como supõe um ambiente anárquico de poder no âmbito das relações internacionais. Além disso, o realismo vai compor o pensamento geopolítico clássico como aponta Becker (2012, p. 147):

Apoiada nos princípios do paradigma do realismo político, a geopolítica reforça a tradição político-geográfica dos estudos focados no Estado. Mais do que isso, de fato, os estudos geopolíticos clássicos reconhecem o Estado como o único protagonista das relações internacionais, depreendendo-se desse reconhecimento à ideia de que o Estado é a única fonte de poder.

Kheoane e Nye (2001) ainda avançam na discussão do realismo, observando que o realismo está fundado na luta pelo poder, no entanto, esse poder já não se manifesta com frequência através da guerra, pois sendo essa custosa e incerta, não se mostra o melhor caminho para a imposição dos interesses de um Estado sobre outro. Há ainda em Kheoane e Nye (2001, p.30) um rompimento da ideia de unidade dos interesses do Estado, estes “serão definidos diferentemente em diferentes unidades governamentais.”. Essa perspectiva parece se aproximar sutilmente com a ótica de que o poder não deriva somente da escala referente ao Estado, como indica Raffestin (1993), além do próprio debate geográfico já ter constatado isso em vários momentos, é necessário que realizemos uma abordagem do realismo enquanto uma corrente teórica internacionalista componente, inclusive, das construções da política externa.

⁵ Sua obra inaugural do que se nomearia teoria neorealista é lançada em 1979.

Assim, o realismo pode ser matizado também a partir do pensamento maquiavélico, isso porque o filósofo florentino escrevera algo semelhante a um manual de governo que partia do princípio da sobrevivência e fortalecimento do cidade-estado florentina que se via ameaçado por forças estrangeiras e pela própria fragmentação dos reinos da península itálica. Lucchese (2015) observa que no final do século XV, França e Espanha lutavam pelo poder no continente europeu e não havia reino que pudesse contrapor essas duas cidades-estados no território que hoje corresponde à Itália. Maquiavel, exercendo a função de chanceler no reino florentino, seria uma figura importante nas tratativas com os franceses e com o próprio César Borgia⁶ que vinha conquistando territórios ao redor de Florença. Lucchese (tradução nossa, 2015, p. 26) ainda analisando o pensamento filosófico maquiavélico aponta que “uma das mais marcantes expressões desse pensamento revolucionário, por exemplo, é a famosa afirmação sobre a necessidade de conhecer a verdade efetiva das coisas ao invés do que ‘imaginá-las’”.

Maquiavel (2005) parte de premissas que buscavam guiar a política sobre o real. Isso significa que o realismo de Maquiavel buscava imprimir aos fatos políticos daquele período (início do século XVI) explicações e caminhos, sobretudo caminhos que a experiência histórica já houvesse apresentado como eficazes. O diplomata florentino construiria toda sua obra a partir de suas observações a partir de seu contato político como chanceler. Para Maquiavel, a experiência histórica de outros Estados unificados, como a França, serviriam de experiência para Florença. Assim, o poder poderia ser atingido através dessas experiências, o que significava a necessidade de um amplo conhecimento do reino em seu caráter territorial, social, econômico e político.

No entanto, como expressa Guimarães (2015), Maquiavel considerava o presente como algo muito particular, passivo de análises pontuais e soluções políticas que resultariam dessas observações individuais relativas ao evento político. A análise maquiavélica da realidade do que seria a Itália moderna pode ser um bom exemplo do realismo do filósofo. Em sua obra mais conhecida, é necessário observar uma sequência racional derivada da decorrência de causa e efeito. Assim, afirmações como “todos os Estados, todos os governos que tiveram e têm autoridade sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados” (Maquiavel, 2005, p. 10), demonstram o aspecto histórico de explicação do presente em que escrevia o autor, assim, os eventos históricos demonstravam os caminhos (Maquiavel, 2005, p. 27):

⁶ Estrategista e militar que influenciou diretamente o pensamento de Maquiavel, Borgia foi o responsável por conquistar vários estados na região da Emília Romanha, área centro-norte da península itálica.

Os Estados que são governados por um príncipe e servos, têm aquele com maior autoridade, porque em toda a sua província não existe alguém reconhecido como chefe senão ele, e se os seus súditos obedecem a algum outro, fazem-no em razão de sua posição de ministro e oficial, não lhe dedicando menor amor.

As afirmações maquiavélicas são categóricas e, em todos os capítulos, as generalizações construídas pelo autor não deixam brecha para a interpretação do Estado, ao ponto que é possível argumentar que o governante que não acompanhasse os conselhos do filósofo não poderia senão fracassar na sua missão. Do ponto de vista da leitura da obra de Maquiavel seria possível dizer que o realismo está conectado à compreensão generalizada da realidade do Estado e, a partir disso, seria possível apontar para o fato que as estratégias de governo não poderiam escapar a uma análise fria e racional da realidade do território.

Expandindo a análise, é possível observar que o poder é algo buscado na lógica maquiavélica e, em seguida, na lógica hobbesiana. Para Hobbes (1909), a manutenção de tratados e acordos políticos entre classes não pode ser senão fundadas em premissas em que a força é o único meio de se manter aquilo que foi estabelecido, ou seja, fundadas no poder. Hobbes (1909) ainda aponta para o fato de que os Estados, por consequência da natureza humana, só poderiam se portar na esfera internacional sob o princípio de poder no qual o medo em contraposição à moral é o limite de todas as regras.

A partir de Maquiavel e Hobbes derivaria uma série de análises das relações internacionais. A ideia hobbesiana de que “os pactos sem a espada não passam de palavras, sem força para dar qualquer segurança a ninguém” (Hobbes, 1909, p. 68), alcançaria os clássicos das relações internacionais e seria vista como a premissa de muitas das análises das relações entre os Estados. A análise voltada para a perspectiva realista privilegiava, portanto, os signos de poder, assim, o território fazendo parte da materialidade dos reinos e impérios passou a ser um elemento indispensável para o entendimento do poder do Estado.

É possível que, partindo da compreensão dos fatores formadores do território, as análises realistas levem em consideração os aspectos geográficos para compreender o desenvolvimento dos fatos históricos. Na análise de Clausewitz (1992) sobre alguns conflitos do século XIX, a geografia aparece como um elemento determinante em algumas batalhas e na própria formação dos Estados europeus e dos Estados Unidos. O que o levava a observar que,

a posição geográfica dos Estados faz grande diferença. Se a geografia garante ao Estado certa independência, como no caso da Inglaterra, Estados Unidos e Holanda, suas condutas de políticas domésticas e internacionais tomam uma característica diferente” (Clausewitz, 1992, p. 351-352).

Semelhante sentido apresenta Wight (2002) em sua principal obra, onde o internacionalista insere a geopolítica no contexto da discussão sobre o poder marítimo e terrestre, creditando à geopolítica um caráter de pseudociência. Assim, para Wight (2002, p. 62) “a geopolítica era a geografia política do mundo estudada como um instrumento da expansão militarista”. O que se interpreta de algumas passagens é que os elementos territoriais como a localização, a disponibilidade de recursos e as dimensões de um Estado possibilitariam um maior ou menor grau de poder a um país, assim, “com mais precisão, pode ser argumentado que uma potência média é uma potência com poderio militar, recursos e posição estratégica de tal ordem que em tempos de paz as grandes potências desejavam ter seu apoio” (Wight, 2002, p. 49).

Outros autores também incluem a geografia como um elemento de poder. Aron (2002) colhe de diversos teóricos internacionalistas os elementos que comporiam o poder de um Estado, assim, segundo Aron (2002, p. 105), Morgenthau consideraria a geografia como um dos oito elementos de potência de um Estado, que seriam “1) geografia; 2) recursos naturais; 3) capacidade industrial; 4) estado de preparação militar; 5) população; 6) caráter nacional; 7) moral nacional; 8) qualidade da diplomacia”.

Como já mencionado, na obra de Morgenthau (2003, p. 215) a geografia é denominada como “o mais estável dos fatores de que depende o poder”; o termo “geografia” raramente é exposto e, quando utilizado, possui forma estática como, por exemplo, no momento em que o autor aponta a invasão do III reich ao território russo (Morgenthau, 2003, p. 218):

A geografia transformava a conquista do território russo em um fator mais negativo do que positivo, a partir do momento em que os objetivos dessa conquista se faziam mal definidos e tendiam a tornar-se ilimitados.

O geógrafo Spykman também é outro teórico do qual Aron (2002) busca detalhar os elementos para a compreensão do poder de uma nação. Assim, através de Aron (2002, p. 105), segundo Spykman, comporiam a potência de um Estado:

1) superfície; 2) natureza das fronteiras; 3) população; 4) existência ou inexistência de matérias primas; 5) desenvolvimento econômico e tecnológico; 6) força financeira; 7) homogeneidade étnica; 8) grau de integração social; 9) estabilidade política; 10) espírito nacional.

Os artigos de Spykman (1939a, 1939b) demonstram o papel da geografia na política externa. Ambos os artigos do autor holandês delegam à geografia o papel determinante na compreensão das estratégias externas, de modo a existir traços deterministas da geografia frente à história nas análises do autor. No caso

do conflito do Chaco (1932-1935)⁷, por exemplo, Spykman (1939b) aponta nesse evento a ânsia dos governos paraguaio e boliviano em expandir seus territórios, o que ocorre no levantamento de outros momentos da história em que o autor busca uma lógica geográfica para a ocupação do espaço pelos Estados.

Isso ocorre na análise da função dos rios para as fronteiras dos Estados, assim como no estabelecimento de “Estados amortecedores”. Para Spykman (tradução nossa, 1939a, p. 392), “mudanças de fronteiras serão indicações da mudança no balanço de forças, causada também pelo decréscimo de resistência do outro”. As observações do autor não destoam da tônica internacionalista que considerava o território como um elemento de poder do Estado, o que era ainda mais realçado com os movimentos bélicos da Europa que contextualizavam os escritos de Spykman.

De modo geral, dos internacionalistas clássicos, Aron (2002) parece ser aquele que mais se preocupa com a geografia, observando alguma dinâmica a este campo. Segundo o autor

o estudo geográfico da política externa é parte integrante do que se denomina ordinariamente *geografia humana*, ou, *geografia política*: estudo das relações entre o meio e as coletividades humanas, a adaptação das coletividades ao meio, sua transformação pelo homem. (Aron, 2002, p. 254)

O exame do autor francês sobre o fato de que “historicamente, e até nossos dias, a ordem internacional tem sido sempre territorial” (Aron, 2002, p. 253) e de que os Estados agem como senhores de determinadas partes do globo terrestre, esclarece-nos parcialmente o porquê de as explicações sobre os eventos internacionais localizarem na geografia certo ar explicativo dos eventos históricos, ainda que muitas vezes a considerando como o palco onde esses acontecimentos se desenrolam. Ao observar que “a utilização do terreno é uma parte essencial da tática: a ocupação do solo, tem sido, através de séculos, o objetivo dos exércitos que se defrontam” (Aron, 2002, p. 254), o autor entende que o território passa a ter um valor ilustrativo na compreensão das estratégias dos Estados-Nações na busca por poder militar e político.

É importante perceber que em comparação a outros internacionalistas, Aron (2002), ainda que em poucas páginas, é o que mais se debruça sobre a geografia na tentativa de elucidá-la, não a considerando, assim, como um elemento secundário na leitura das relações internacionais. Daí a afirmação de que

a distinção entre *meio* e *teatro* (ou *cenário*), que não é habitual merece uma explicação. A geografia humana descreve as sociedades em função do solo, e de um determinado clima, esforçando-se por compreender e explicar a ação exercida pelas características do

⁷ O conflito entre Paraguai e Bolívia inicia-se em 1932, após o agravamento da disputa entre esses dois países pela posse da região do Chaco, e a disputa terminaria em 1935 sem um vencedor. Para mais detalhes do conflito, ver Bandeira (1998).

meio sobre a maneira de viver e a organização social, e também as alterações deste pelas sociedades nele estabelecidas. (Aron, 2002, p. 255)

A diferenciação entre meio e teatro adstritas ao pensamento geográfico, aplicado às relações internacionais pelo autor, são importantes na consideração do que é estático e do que é mutável para o Estado-Nação, assim “considerado como teatro, o espaço não é mais um dado concreto, mas, por assim dizer, abstrato: é simplificado, estilizado, esquematizado pelo observador” (Aron, 2002, p. 255). Em seguida, o autor exalta a importância da geopolítica, capaz de dar as cores à anódina estaticidade do espaço, o que mais uma vez ratifica o apreço do realismo internacionalista sobre a geopolítica.

A crítica ao determinismo também se faz presente, uma vez que “quanto mais exata e profunda a investigação geográfica, menos ela revela relações de causalidade” (Aron, 2002, p. 255). O que, no entanto, não significa que o autor não observe que certos eventos na história tenham tido consequências em decorrência da alteração do meio, e citando Toynbee, conhecido historiador, Aron (2002) aponta fenômenos migratórios humanos importantes para o desenvolvimento da civilização europeia e africana.

O aspecto mais relevante da passagem de Aron (2002) sobre a geografia é a percepção sobre o movimento do meio, de modo que muito diferente dos clássicos internacionalistas, o autor francês apontará a modificação constante do espaço e a adaptação das sociedades sobre o território em que estão localizadas.

A posição (die Lage) é, de fato, um dado essencialmente histórico, porque depende de circunstâncias que obedecem à lei da transformação (tecnologia da movimentação, do transporte, do combate; a circulação efetiva das pessoas e dos bens; a relação de forças entre as unidades políticas de uma mesma região etc.). (Aron, 2002, p. 261)

Sem embargo, a aproximação realista considera o território como um elemento componente do poder do Estado. É bastante significativo o distanciamento do debate principiado por esses autores daquele presente pela ciência geográfica. Ainda que Aron (2002) tenha dado toques argumentativos ao aspecto territorial, pouco se compreende da participação do território e, por consequência, da geografia na tessitura da política externa de um Estado. Não há elementos nas obras desses autores que permitam o entendimento do Estado a partir da formação do território ou este como um elemento componente das tratativas externas, como uma categoria de análise formada e formadora da política externa de um país. Debrucemo-nos, portanto, na tentativa de compor esse vínculo.

A política externa e a geografia, uma aproximação necessária

O levantamento teórico a partir dos internacionalistas demonstra o distanciamento desse campo em relação à geografia, de modo que, somente em Aron (2002) é possível verificar alguma compreensão do debate geográfico acerca de conceitos muito presentes nas relações internacionais. Aparentemente, há uma dispersão por parte das relações internacionais no que concerne aos debates escritos por Silva (1981a), (1981b), Mattos (1977), (2002), Travassos (1935) e outros teóricos da geopolítica construída nos meios militares pelas relações internacionais. São raras as obras de geógrafos que incorporam a política externa como um campo de estudo, assim como, são bastante restritas a aproximação do debate internacionalista às discussões intelectuais presentes na geografia. Isso significa que decisões da política externa brasileira, possivelmente, são tomadas a partir de uma perspectiva muito restrita do ponto de vista social, territorial e teórico.

Neste tópico tentamos restringir a discussão geográfica buscando inserir a discussão territorial no campo da política externa, uma vez que a interação entre esses dois campos aparenta ser quase inexistente. A aproximação entre essas duas áreas nos parece ser um caminho bastante frutífero, ainda que sejam poucos os pesquisadores que realizaram esse movimento recentemente nas relações internacionais, como Couto (2012) e Mendonça (2004)⁸, por exemplo. A aproximação pode nos desvendar algumas engrenagens do Estado brasileiro, assim como abrir um campo de discussão em que os conceitos da geografia podem ser enriquecidos com o material documental produzido no interior das instituições da política externa do país.

Não há visão de política externa sem o aparato geográfico que a sustente, Gottman (1952) observa a existência da iconografia geográfica, na qual é possível materializar as ações e demandas do governo de acordo com a criação de símbolos que identificam o território e sua soberania a uma determinada jurisdição do Estado. Gottman (tradução nossa, 1952, p.512) ainda aponta para o fato de que o território substância as relações de modo que “a geografia pode descrever e analisar a rede de relações no espaço o qual é útil e às vezes indispensável para o entendimento das relações internacionais”.

Se conceito de território, não escapa da definição de Gottman (tradução nossa, 1975, p.29) em que “é um conceito gerado pelas pessoas organizando o espaço

⁸ Trata-se de trabalhos produzidos na pós-graduação das relações internacionais da Universidade de Brasília, nos quais são analisados, o projeto de integração da América do Sul, inserindo a visão miltoniana na tentativa de compreender as assimetrias do espaço geográfico ao interior da ótica integracionista da América do Sul (Couto, 2012) e uma análise da Ata das Cataratas, assinada em 1966 a partir da geopolítica em que o governo brasileiro buscava atrair o Paraguai para a sua esfera de influência.

segundo seus próprios objetivos”, então não nos parece explicável o afastamento da geografia em relação as formulações e construção da política externa brasileira. A organização do espaço nacional passa, portanto, necessariamente pelo assentimento dos atores do Ministério das Relações Exteriores.

Institucionalizada no interior do Estado, a política externa de qualquer país tem o escopo de transportar os interesses nacionais para a plataforma de negociações internacionais. No entanto, não se encontra uma definição clara do que seriam os interesses nacionais de um país. O próprio Morgenthau (2003), apontando para a desigualdade de desenvolvimento entre as nações, observa que o interesse nacional pode ser moldado segundo os objetivos políticos dos governos de Estado, assim “são empregados amplamente como justificações e racionalizações ideológicas para fins políticos específicos a serviço dos interesses nacionais concretos” (Morgenthau, 2003, p. 187). Aron (2002, p. 374), ainda, esclarece que

em suma, a pluralidade dos objetivos que podem ter as unidades políticas, a dualidade essencial da potência com relação ao exterior e do bem comum (coerência do Estado ou moralidade dos cidadãos) fazem com que o interesse nacional seja o objetivo de uma busca, não um critério de ação. [...] Rigorosamente, não há “interesse nacional” definido com método científico.

Ainda que no interior da geopolítica existam menções ao interesse nacional, com Silva (1981b) mais precisamente, nenhuma extrapolará a previsão de Aron (2002), acima mencionada. Desse modo, é possível que a impossibilidade de se criar o conceito de interesse nacional esbarre na própria formação territorial do Estado. A afirmação de Santos (1994, p. 24) de que “a transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional”, pode ser posta à prova, na medida em que as diretrizes da política externa parecem não terem alcançado a compreensão do Estado enquanto um espaço muito mais complexo do que um todo homogêneo. Nas palavras de Santos (1994, p. 50),

a apreensão intelectual dessa nova situação é, sem dúvida, mais difícil, desafiando a nossa capacidade de teorizar e de produzir o conhecimento empírico adequado. O que esmaeceu foi a nossa capacidade de reinterpretar e de reconhecer o espaço em suas divisões e recortes atuais.

A nosso ver, a constatação miltoniana ultrapassa a perspectiva do campo geográfico, compreende as políticas do Estado e explica em muitos aspectos a mioopia da política externa brasileira. A predominância de um único sistema técnico, racionalizado de acordo com a afirmação dos atores hegemônicos, como aponta Santos (1994), deixa seus símbolos nas políticas do Estado. Assim, a globalização como um impulso dos atores hegemônicos pode, e acreditamos que deva, ser compreendida a partir dos próprios registros da política externa brasileira. Isso significa que os documentos diplomáticos do país testemunham muito mais que

as meras tratativas entre os Estados, compondo, assim, um vasto arcabouço da formação do território nacional e da própria tentativa do Estado de homogeneizar o espaço geográfico do país.

É necessária a observação de que essa desigualdade de poder no âmbito internacional é espacializada a partir da construção da política externa. A relação de poder entre os Estados está diretamente conectada à condição de subdesenvolvimento prevalente na maior parte dos Estados do mundo. Nesse sentido, Hartshorne (tradução nossa, 1950, p.125) nos auxilia tentando responder à questão,

Quão forte é um estado? “- deve-se analisar não apenas as condições geográficas, mas uma ampla gama de outros fatores, incluindo o efeito dos sistemas partidários na condução da política externa, moral das tropas de combate, eficácia da liderança pessoal, tamanho de exércitos permanentes e número de aviões de combate. Portanto, não é apenas um exercício intelectual para tentar distinguir entre a geografia política e o estudo do poder dos Estados (para o qual a geografia tem muito a contribuir); é um problema de importância prática para o geógrafo individual interessado em delinear um campo unitário de geografia política no qual ele possa trabalhar com competência.

As observações de Hartshorne são relevantes para que não percamos de vista que a compreensão do poder do Estado não pode escapar do debate geográfico. Adicionamos a isso, ainda, que a própria disposição internacional dos Estados não pode ser tomada como consequência direta das tratativas entre os Estados. A dependência dos Estados subdesenvolvidos em relação aos desenvolvidos deve ser objeto de análise, e da ótica de Santos (2008) é possível compreender que a relação entre o espaço polo e espaço polarizado é fundada numa lógica na qual os países desenvolvidos se beneficiam da produção econômica dos países subdesenvolvidos. Assim, a divisão territorial no interior dos Estados-Nações é um elemento fundamental na lógica do poder das relações internacionais. Em outras palavras, não se pode compreender o “poder do Estado”, termo muito bem-querido da perspectiva geopolítica e internacionalista, sem a compreensão da formação do território e a sua especialização.

A dependência entre Estados é um fato notório na política externa. No caso do Brasil, isso está evidente nas correspondências de Oswaldo Aranha a Vargas, naquelas de Azeredo da Silveira a Ernesto Geisel ou mesmo na busca incessante e por fim fracassada do governo Lula da Silva na busca por assento permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas⁹. A existência da hierarquia do poder internacional pressupõe a diferença dos espaços, isto é, espaços de comando e

⁹ Parte dos documentos da política externa dos Governos Getúlio Vargas e Ernesto Geisel estão disponibilizados em <https://cpdoc.fgv.br/>. Os documentos do acervo diplomático citados neste tópico: personagens envolvidos, caráter do documento (secreto, confidencial, etc.), descrição no corpo do documento, data, número e nome e dados do acervo. Os documentos oficiais da política externa de Lula da Silva estão disponibilizados em <https://concordia.itamaraty.gov.br/>.

espaços da obediência, espaços da fluidez do capital e espaços das instabilidades políticas, econômicas e sociais, assim como argumenta Santos (2006).

Não é lugar comum, portanto, afirmar que o espaço geográfico não é homogêneo, uma vez que o Estado o compreende assim muitas vezes e a política externa quase sempre, quando busca as definições de “poder nacional” ou de “interesses nacionais”. Isso porque, como indica Agnew e Corbridge (tradução nossa, 2003, p.83) “o Estado territorial foi visto como existente a priori para e como contenedor da sociedade. Como consequência, a sociedade se tornou um fenômeno nacional. Essa relação é comum em todos os tipos de teorias das relações internacionais.”¹⁰. No entanto, tomando o pensamento de Santos (2006) notaremos que não há espaço homogêneo, isso porque a técnica é parte insubtraível do espaço, assim essas diferenciações se produzirão.

Ora, examinando sob esse aspecto a história do mundo, vemos que a aceitação das técnicas novas foi sempre relativa e sempre incompleta. Mesmo os países responsáveis pelos maiores avanços tecnológicos jamais apresentaram um quadro de homogeneidade na sua implantação. [...] O processo de globalização, em sua fase atual, revela uma vontade de fundar o domínio do mundo na associação entre grandes organizações e uma tecnologia cegamente utilizada. Mas a realidade dos territórios e as contingências do “meio associado” asseguram a impossibilidade da desejada homogeneização. (Santos, 2006, p. 26-27)

Se como aponta Moraes (2005, p. 31) “a condição periférica marca profundamente a história brasileira em todas as suas dimensões”, é bastante equivocado que um braço da política do Estado considere o território brasileiro como uno o suficiente para enquadrar as suas necessidades e soluções. Na mesma direção, ainda, esclarece Moraes (2005) que o território é o resultado desses embates e antagonismos, e dessa constatação podemos extrair a percepção de que o território possui movimento, evidentemente, oriundo de suas transformações, como é bem conhecido no debate geográfico.

Sem movimento, o território não existe e, nesse sentido, Saquet (2007) aponta para a concepção geográfica do território que observa que este está sempre em construção, sendo, portanto, um processo contínuo. É inevitável a compreensão da existência de um descompasso entre a discussão localizada na geografia, nas relações internacionais e até mesmo no campo da geopolítica. A mobilidade do território, enquanto uma categoria em infundável reconstrução, é parcialmente compreendida por Silva (1981a), um dos mais importantes geopolíticos do país, mas que contraditoriamente não se desprende da visão estática da geografia, afirmando em sua obra que

¹⁰ Como destaca Freitas (2014, p.149), na obra de Agnew e Corbridge, “os autores resgatam o termo “geopolítica” e o redefinem como correspondendo à divisão do espaço mundial por diferentes instituições (empresas transnacionais, movimentos sociais, entre outros) nas suas esferas de influência.”.

a geopolítica nada mais é que a fundamentação geográfica de linhas de ação política quando não, por iniciativa a proposição de diretrizes políticas formuladas à luz dos fatores geográficos, em particular de uma análise calcada, sobretudo nos conceitos básicos de espaço e de posição. (Silva, 1981a, p. 64)

A centralidade da posição do Brasil no mundo, algo inclusive levado ao interior do ministério das relações exteriores (Geisel, 1974)¹¹, é uma concepção estimulante e ao mesmo tempo constrangedora, quando percebemos que a noção de centralidade está fundada num território imobilizado, pois não há ali informações suficientes para a compreensão da vida social, econômica e política. As informações sobre outros Estados no ministério das relações exteriores testemunham esse fato, porque são registros descritivos baseados em índices como o Produto Interno Bruto (PIB), a população absoluta, a dimensão do território, entre vários outros números¹².

Não se pode negligenciar que a política externa brasileira é a primeira barreira e, ao mesmo tempo, um instrumento da globalização. Como observa Santos (2006), o Estado não se tornou dispensável à acumulação do capital, mas fundamental para o estabelecimento de uma base de valor comparativo em que os Estados produzem essas diferenças territoriais. Assim, as engrenagens da política externa testemunham as tentativas de criação de fluidez do capital, orquestrando a organização do espaço geográfico e imprimindo-lhe uma ordem no interior do Estado.

Na discussão sobre as redes, Santos (2006) observa que seus suportes estão no território e que, nesse período técnico-científico-informacional, esses suportes são pontos ao longo do espaço geográfico. Ainda nesse sentido, Santos (2006, p. 179) afirmará que o comércio é controlado pelo espaço e que “as redes buscam mundializar-se, e fisicamente o fazem, mas seu funcionamento é limitado. As fronteiras são um fato econômico, financeiro, fiscal, diplomático, militar, além de político”. A imposição dos atores hegemônicos não adentra os Estados de forma constante, mas está condicionada, ainda que parcialmente, pelos mecanismos de controle do Estado.

Assim, ainda que a negação do Estado tenha sido um discurso aficionado dos primeiros anos após o final da Guerra Fria, é importante que se observe que

¹¹ Discurso do senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores por ocasião do Dia do Diplomata e da formatura da turma de 1973 do IRBR, Brasília, em 26 de abril de 1974. AAS mre ag 1974.03.15. Nesse discurso proferido por Azeredo da Silveira, pode-se extrair o seguinte trecho “o Brasil é um país de vocação pacífica, desfeito ao isolamento e avesso aos sonhos de hegemonia. Somos por temperamento e por vocação geopolítica, abertos à cooperação e votados ao ecumenismo. [...] por suas dimensões, por suas potencialidades, o Brasil tende a aumentar o peso específico de sua presença no mundo.”

¹² Costa do Marfim. 9 de junho de 1975. AAS mre rb 1974.08.19. Nesse documento do governo Ernesto Geisel é possível visualizar o cenário da Costa do Marfim pautado em descrições quantitativas de população, produto interno bruto, etc.

a participação dele no processo globalizatório é um elemento frequente na análise miltonianiana. Nesse sentido, Santos (2003) aponta para o fato de que o Estado tem um papel de implementador de infraestruturas que favoreçam a concentração territorial. Assim, é sugestível que a política externa tenha um papel de esquadrinhadura dessa dinâmica.

Essa função, evidentemente, está atrelada ao valor do capital, que, segundo Santos (2003), é um conjunto de processos que no espaço é segmentado, de modo que “o ‘valor’ do capital é, também, função de sua localização, se bem que o capital possa, por sua vez, modificar o valor do lugar” (Santos, 2003, p. 155). Ora, essa constatação é significativa quando notamos que o território é modificado a partir dos planos de política externa do país.

Na medida em que, como aponta Santos (2003), o Estado deve oferecer uma série de serviços à população e essas infraestruturas estão atreladas às disponibilidades e conveniências de atividades internacionais, a política externa deve se paramentar de diversos artifícios que possibilitem a manutenção da estrutura mínima de acumulação de capital, sob pena de incorrer em instabilidades tais que coloque em risco a soberania nacional, ameaçada por forças estrangeiras que se coloquem de prontidão a fim de “reestabelecer a ordem”.

Eventos com esse intuito são numerosos na história da América Latina, a começar pela intervenção política estadunidense em 1964 no Brasil, que segundo documentação oficial poderia se tornar militar¹³, além da intervenção estrangeira no golpe militar no Chile¹⁴ e da operação Condor desencadeada na década de 1970 através de uma parceria aterrorizante entre os governos da América do Sul e o governo dos Estados Unidos na caça aos opositores dos regimes militares do período¹⁵. Esses são alguns dos eventos que exemplificam as dezenas de intervenções políticas no continente latino-americano durante o século XX.

A frequência de eventos, como os acima mencionados, não significa o entendimento dos objetivos dessas intervenções. Bandeira (2010, p. 99) observará que “o processo de globalização sempre significou o crescente domínio das megacor-

¹³ Documentos disponibilizados pelo “National Security Archive”. Dados do documento: Meeting at the White House. Secreto. 1 de abril de 1964. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAE-BB/NSAEBB118>. Acesso em: 26 jun. 2020.

¹⁴ Em memorando escrito por Henry Kissinger é narrado o encontro entre o presidente brasileiro Emílio Garrastazu Médici e Richard Nixon. Dados do documento: Meeting with President Emilio Garrastazu Médici of Brazil on Thursday. 9 de dezembro de 1971. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB282/index.htm>. Acesso em: 26 jun. 2020.

¹⁵ Telegrama do embaixador estadunidense Robert E. White no Paraguai ao departamento de Estado dos Estados Unidos. Dados do documento: Second Meeting with Chief of Staff re Letelier Case. Confidencial. 20 de outubro de 1978. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/news/20010306/>. Acesso em: 26 jun. 2020.

porações americanas, o esforço de modelar um novo tipo de império”, assim, a luta pelo poder hegemônico do nosso vizinho do norte não está pautada somente em elementos econômicos ou políticos, mas territoriais. Não se trata, portanto, de tratativas e embates estritamente entre atores políticos, mas uma luta pelo espaço geográfico.

O que não significa, no entanto, que seja uma disputa simplesmente por posição geográfica, como quer crer as teorias internacionalistas, mas a competição pela imposição de um ordenamento do território. O que, nas palavras de Santos (2003), seria uma disputa pela imposição da racionalidade preconizante da fluidez do capital, isto é, “o progresso diluído pelas teorias positivistas de pensamento, o desenvolvimento do monopólio e a impressão de ascensão econômica sem reduzir as desigualdades” (Santos, 2003, p. 29).

Assim, se a globalização é o resultado de uma força hegemônica que impele os Estados ao direcionamento de suas políticas e ações, é necessário que observemos que é explícita a negligência ao aspecto social do território, de modo que a construção de um território ausente de territorialidade, governado por um poder central e por alguns setores da sociedade, é uma percepção axiomática no plano da política externa. E nesse sentido, lembra-nos Saquet (2007) que o território não é o resultado de uma só centralidade.

Interpretando a visão de Santos sobre o território, Saquet e Silva (2011, p. 33) indicam que o território “apresenta elementos fixos, resultantes da ação do homem e seu trabalho bem como relações sociais e diferentes formas de ocupação e produção; corresponde ao recorte do espaço pelo processo de formação de um Estado-nação”, o que, evidentemente, não indica que o território não se transforma somente, mas que “a forma do território se metamorfoseia, porém ele se mantém como condição material e suporte do Estado”, como verifica Cataia (2011, p. 116).

Saquet (2007) aventa ainda para o fato de o território também ser produzido por outros grupos de poder que não o Estado. Quando o debate geográfico observa que não é possível negar a existência do território em várias escalas, isso não significa que a perspectiva do Estado tenha se tornado desimportante, pelo contrário, é relevante ressaltar a existência de uma formação intrínseca do território no teor da política externa do país. Logo, diante de uma realidade pouco clara sobre a relação entre a sociedade e a política externa brasileira, é possível a existência de uma visão distorcida entre o que é proposto às estratégias externas do país e a realidade do território nacional, de modo que o tratamento do território de maneira superficial na política externa brasileira pode ser uma forma de ocultar a face do subdesenvolvimento e da desigualdade socioeconômica do país.

A existência de forças hegemônicas representadas nas formas e discursos de instituições industriais, agrícolas e financeiras no interior do país e apontadas internacionalmente como os próprios Estados hegemônicos (Estados Unidos e China no período atual) e organizações supranacionais (Organizações das Nações Unidas, Organização Mundial do Comércio, Fundo Monetário Internacional, entre tantas outras), configuram uma política externa fundada numa ótica em que o real é comutado por uma perspectiva territorial baseada num fragmento do território do Estado. Isso resulta nas palavras de Santos (1994, p. 14) de que

o meio técnico-científico se dá como fenômeno contínuo na maior parte do Sudeste e do Sul, desbordando para grande parte do Mato Grosso do Sul. Como psicosfera, ele é o domínio do país inteiro. Ambos esses fatos têm profundas repercussões na prática econômica, e nos comportamentos sociais e políticos, constituindo uma base nova para o entendimento do processo de regionalização do país.

Da perspectiva miltoniana pode se extrair que a complexidade da formação do espaço geográfico brasileiro não é captada pelas instâncias estatais, o que inclui a política externa e suas estratégias. Embora a intenção nesse tópico não seja de esgotar o debate acerca da relação entre a geografia e a política externa, é inevitável a sugestão de que a política externa brasileira está fundada na racionalização do espaço, de modo que o esvaziamento das discussões sobre o território tornou-se uma prática na construção das tratativas entre os atores do Estado.

Isso significa que o discurso da política externa pode ter sido o resultado da ótica alquebrada sobre a formação territorial do país, negligenciando os aspectos sociais, econômicos e políticos da totalidade do território. Novamente utilizando Santos (2006), a racionalidade não é somente entre os atores, mas depende igualmente da racionalidade material. “O espaço geográfico é um desses campos de ação racional” (Santos, 2006, p. 199), o que também nos aponta para o fato de que o predomínio das demandas de determinados setores da sociedade nas construções políticas daquilo que é traçado como política externa, sobrepõe a multiplicidade de interesses que compõem a configuração territorial.

A racionalização do espaço geográfico se estampa na tentativa de se compreender os Estados a partir das classificações, no levantamento de índices que homogeneizam a realidade múltipla da configuração territorial do país, na tentativa de identificar os interesses nacionais e, na concepção de índices, sobre o poder de um Estado. Todos esses elementos, apesar do caráter introdutório do debate, parecem sugerir uma política externa incipiente em relação ao debate geográfico, assim como um embasamento do espaço que muito mais esvazia do que compreende a realidade do país.

Conclusão

A apresentação do pensamento de autores internacionalistas e abordagem destes sobre conceitos debatidos na geografia abre-nos em seguida uma série de possibilidades de aproximação entre duas áreas que, como é demonstrado, apresentam áreas de interesse em comum. A geografia permanece estática ao interior do pensamento internacionalista, no entanto, ao inverso de uma conclusão surge-nos o questionamento, por que a dissociação entre duas áreas compostas desses pontos em comum?

A conclusão, após o debate proposto propicia uma série de questões que surgem dessa aproximação. É possível estabelecer pontos de diálogo entre relações internacionais e geografia, como é necessário analisar a política externa como um campo indispensável para a compreensão da formação do território e do próprio Estado. O debate é frutífero e sugere caminhos que podem nos esclarecer a formação do território nacional. A geografia que tem em sua práxis a discussão de conceitos como o espaço geográfico, território, fronteiras, entre tantos outros que figuram nos acervos diplomáticos poderia buscar nesses documentos a compreensão de pontos ainda nebulosos da formação do Estado. Não nos parece esclarecedor a discussão do território sem que nos remetamos aos documentos entre os agentes e atores oficiais do Estado, quais eram suas propostas e diretrizes? Os acordos principiavam sob qual perspectiva territorial?

Evidentemente, não estamos negando a existência de outras escalas de território, que não aquela do Estado. Estamos salientando que é possível compreender melhor as engrenagens deste, assim como compreender a formação do território brasileiro através das fontes diplomáticas, pois se Estado existe dentro de um sistema de Estados regido por um movimento globalizante, parece-nos indispensável compreender as suas tratativas e acordos e sua relação com a formação do território nacional.

Agradecimento

Aos recursos dispostos pelo Conselho Nacional Científico e Tecnológico (CNPq).

Referências

- AGNEW, J; CORBRIDGE, S. **Mastering Space**: hegemony, territory and international political economy. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2003.
- AGNEW, J; CORBRIDGE, S. **Globalization and Sovereignty**: beyond the territorial trap. Los Angeles: Rowman and Littlefield, 2018.

- ANDRADE, M. C. de. **A questão do território no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- ARON, R. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.
- BARNABÉ, G. R. Hugo Grotius e as relações internacionais: entre o direito e a guerra. **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, v. 2, n. 15, p. 27-48, 2009.
- BANDEIRA, L. A. M. A Guerra do Chaco. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 41, n. 1, p. 162-197, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291998000100008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 jul. 2020.
- BANDEIRA, M. **Geopolítica e Política Exterior**: Estados Unidos, Brasil e América do Sul. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.
- BECKER, B. K. **Manual do candidato**: geografia. Brasília: FUNAG, 2012.
- BIAZI, C. A. S. M. A Importância de Hugo Grócio para o Direito. **Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito**. Porto Alegre, v. 11, n. 2, dez. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ppgdir/article/view/66015>. Acesso em: 16 jul. 2020.
- CASTRO, I. E.; CORREA, R. L.; GOMES, P. C. G. **Geografia e Política**: Território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2005.
- CATAIA, M. A. Território político: fundamento e fundação do estado. **Sociedade e natureza**. Uberlândia, v. 23, n. 1, p. 115-125, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198245132011000100010&lng=en&nrm=iso. Acesso: em 20 de jun. 2020.
- CLAUSEWITZ, C. V. **Historical and Political Writings**. New Jersey: Princeton University Press, 1992.
- COUTO, L. F. **Desenvolvimento, integração e assimetrias**: caminhos e descaminhos da aproximação regional na América do sul. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, 2012.
- DANESE, S. **Diplomacia Presidencial**: História e crítica. Brasília: Funag, 2017.
- FREITAS, Elisa Pinheiro. Mastering space hegemony, territory and international political economy. Revisitando um clássico. **Finisterra**, v. 49, n. 97, p. 148-150, 2014.
- GOTTMAN, J. The Political Partitioning of Our World: An Attempt at Analysis. **World Politics**, v. 4, n. 4, p. 512-519, 1952. Disponível em: http://journals.cambridge.org/abstract_S0043887100013551. Acesso em: 22 ago. 2020.
- GOTTMAN, J. The Evolution of the concept of territory. **Social Science Information**, v. 14, n. 3, p. 29-47, 1975. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/053901847501400302#articleCitationDownloadContainer>. Acesso em: 18 set. 2020.
- GRIFFITHS, M.; O'CALLAGHAN, T. **International Relations**: the key concepts. Londres/Nova Iorque: Routledge, 2002.
- GUIMARÃES, C. N. Realismo político e conflitos. **Griot: Revista de Filosofia**, v. 12, n. 2, p. 13-31, 18 dez. 2015. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/seer/index.php/griot/article/view/671>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- HARTSHORNE, R. The functional approach in political geography. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 40, n. 2, p. 95-130, 1950.
- HOBBS, T. **Leviatã**. Edição Eletrônica: the online library of liberty, 2004, (1909). Disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/Hobbes_Leviathan_1909.pdf.
- JOAQUIM, E. B. Entre duas realidades: os realismos e a relação entre as estruturas doméstica e internacional. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 36, p. 73-86, dez. 2012. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992012000400006. Acesso em: 12 nov. 2020.

- LUCCHESI, F. **The Political Philosophy of Niccolo Machiavelli**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2015.
- KHEOANE, R. O.; NYE, J. S. **Power and Interdependence: World Politics in Transition**. New York: Addison-Wesley Longman, 2001
- MAQUIAVEL, N. **O Príncipe**. Edição Eletrônica: Ridendo Castigat Mores, 2005.
- MATTOS, C. de M. **A Geopolítica e as Projeções do Poder**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977.
- MATTOS, C. de M. **Geopolítica e Modernidade: geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.
- MENDONÇA, A. M. **A geopolítica e a política externa do Brasil: interseção dos mundos militar e diplomático em um projeto de poder: a ata das cataratas e o equilíbrio de forças do cone sul**. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, 2004.
- MORAES, A. C. R. (Org.). **Ratzel: geografia**. São Paulo: Ática, 1990.
- MORAES, A. C. R. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005
- MORGENTHAU, H. J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Universidade de Brasília, 2003.
- MORGENTHAU, H. J. **Relações Exteriores do Brasil 1939-1950**. Brasília: Funag, 2012.
- OLIVEIRA, H. A. **A Política Externa Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SALOMON, M.; PINHEIRO, L. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. **Revista brasileira de política internacional**. Brasília, v. 56, n. 1, p. 40-59, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292013000100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 jul. 2020.
- SANTOS, M. **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, M. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SAQUET, M. A.; SILVA, S. S. Milton Santos: Concepções de Geografia, Espaço e Território. **Geo UERJ**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/1389/1179>. Acesso em: 29 jun. 2020.
- SARDENBERG, R. M. Hans J. Morgenthau: Política entre as Nações. Prefácio. In: MORGENTHAU, Hans. **Política entre nações**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado Oficial, 2003. p. XI-XLI.
- SILVA, C.A. F. **A modernização distópica do território**. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- SILVA, G do C. **Conjuntura Política Nacional: O Poder Executivo e Geopolítico do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1981a.
- SILVA, G do C. **Planejamento Estratégico**. Brasília: Editora UnB, 1981b.
- SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000. p. 77-116.

SPEKTOR, M. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). **Revista brasileira de política internacional**, Brasília, v. 47, n. 2, p. 191-222, 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292004000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 mai. 2017.

SPYKMAN, N. J. Geography and Foreign Policy I. **American Political Science Review**, n. 3, jun. 1939a, p. 391-410. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/geography-and-foreign-policy-i/7E5E89E490235633DA6110942F01F0B8>. Acesso em: 13 jul. 2020.

SPYKMAN, N. J. Geography and Foreign Policy II. **American Political Science Review**, n. 4, ago. 1939b, p. 591-614. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/geographic-objectives-in-foreign-policy-ii/5C82F7DB99378420DEDDEAE153520BED>. Acesso em: 13 jul. 2020.

TRAVASSOS, M. **Projeção continental do brasil**. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional, 1935.

WALTZ, K. N. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2001.

WIGHT, M. **A política do poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

Acervo National Security Archive

Meeting at the White House. Secreto. 1 de abril de 1964. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB118>. Acesso em: 26 jun. 2020.

Meeting with President Emilio Garrastazu Médici of Brazil on Thursday. 9 de dezembro de 1971. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB282/index.htm>. Acesso em: 26 jun. 2020.

Second Meeting with Chief of Staff re Letelier Case. Confidencial. 20 de outubro de 1978, 1 p. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/news/20010306/>. Acesso em: 26 jun. 2020.